

Mobilidade Académica Internacional: Experiências de intercâmbio universitário Brasil-Portugal¹

Lúcia Amante, LE@D, Universidade Aberta, Portugal

Lucia.Amante@uab.pt

A internacionalização tem vindo cada vez de modo mais vincado a marcar as atuais políticas para o ensino superior. Com efeito, o trabalho de internacionalização em instituições de ensino superior sustenta-se na perceção de que essa estratégia contribui para melhorar a qualidade das práticas, quer de ensino quer de investigação, quer mesmo organizacionais.

A internacionalização assenta, primordialmente, em programas de mobilidade académica. Diversos estudos evidenciam inúmeras vantagens para os estudantes, universidades e países que participam em projetos de mobilidade internacional (ALTABACH e KNIGHT, 2007; ROBERTSON, 2010).

Como assinalam Galvão e Costa:

“A proposta de uma educação sem fronteiras, centrada em métodos ativos de aprendizagem onde o estudante ocupa a posição de sujeito ativo na construção do conhecimento e é estimulado a aprender a aprender, ao fazer com qualidade, a conviver com a diversidade e incerteza e a pensar estrategicamente, sempre em busca da autonomia necessária ao exercício da cidadania, das práticas profissionais e como pessoa e, no desenvolvimento de competências para a tomada de decisões em cenários incertos, torna-se cada vez mais presente na realidade das instituições de ensino” (p. 3 e 4, 2014).

Naturalmente que a internacionalização e a mobilidade que lhe está associada não pode desligar-se das necessidades económicas que emergem na nova sociedade do

¹ Este texto foi elaborado tendo em vista a participação na mesa redonda “Mobilidade Académica Internacional”, inserida no âmbito do IV Colóquio Luso-Brasileiro de Educação a Distância e Elearning, 2018. Nesse sentido pretende essencialmente enquadrar o tema e lançar alguns tópicos que visem um posterior aprofundamento do debate sobre o tema em questão.

conhecimento. Num tempo de globalização da economia exige-se o aumento da mobilidade internacional das pessoas, desde logo ao nível da sua formação universitária que as deverá preparar para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais volátil, exigente e competitivo.

Por outro lado, a valorização da formação académica, por parte das famílias, provoca igualmente um investimento na formação, tornando-se comum, como salientam Fonseca e Lorio (2015) *“a ideia de que estudar numa universidade estrangeira aumenta o capital cultural, alarga os horizontes individuais e confere ao aluno uma preparação mais sólida para integrar o mercado laboral com um retorno salarial mais satisfatório”* (p. 135). Corroboram com esta ideia organizações como a OCDE (2004) bem como decisores políticos, investigadores e empregadores (BROOKS e WATERS, 2011; LASANOWSKI, 2011; FERENCZ e WÄCHTER, 2012).

Como sabemos, uma das primeiras iniciativas para criar um espaço educacional comum e revitalizar a educação superior está intrinsecamente ligada ao Processo de Bolonha (1999). Nele a mobilidade estudantil é vista como uma estratégia viável para tornar mais competitivos os países europeus e atrair estudantes de outras regiões além da Europa.

Com efeito, no que se refere à Europa a mobilidade tem constituído um elemento central dos esforços para criar o Ensino Superior Europeu estabelecendo-se como meta na União Europeia que 20% dos estudantes formados em 2020 tenham realizado uma parte do seu percurso formativo no exterior (EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE, 2015).

Universidade Aberta e mobilidade académica

Portugal não é alheio a esta estratégia e às políticas de internacionalização do ensino superior conforme se expressa no documento do Ministério da Educação e Ciência *“Uma estratégia para a internacionalização do ensino superior português* (MEC, 2014). Com efeito, a publicação do Estatuto do Estudante Internacional (Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março), criou um regime especial de acesso para os candidatos aos ciclos de estudos de graduação e mestrado provenientes de países fora da União Europeia ou da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), e a assinatura de um protocolo com

a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), teve também como objetivo valorizar o papel do conhecimento na internacionalização do país, bem como promover as universidades portuguesas no estrangeiro, evidenciando um esforço no sentido de incentivar a internacionalização do ensino superior português (FONSECA; LORIO, 2015). Também a Universidade Aberta, à semelhança das outras instituições de Ensino Superior portuguesas tem apostado na cooperação e intercâmbio científico, técnico e cultural com outras instituições, quer nacionais quer internacionais (GCRI, 2018). Neste âmbito tem estabelecido inúmeros protocolos de cooperação, parcerias ao nível de projetos de formação e de investigação designadamente na área do elearning, dada a especificidade desta Universidade que constitui a única Universidade Pública portuguesa que assegura a sua oferta formativa integralmente a distância.

Sendo uma instituição especialmente vocacionada para a educação ao longo da vida e para a formação de indivíduos já integrados no mercado de trabalho, a Universidade Aberta procura responder às necessidades de formação graduada de nível médio e superior, pós-graduada, contínua, e atualização de competências de profissionais dispersos e radicados longe dos centros de formação, ou com dificuldade em frequentá-los por razões diversas, quer em Portugal quer noutros países.

Tratando-se de uma Universidade de ensino a distância, nela se refletiu em particular a necessidade de acompanhar as profundas transformações da sociedade. Se os avanços tecnológicos ofereceram novas e privilegiadas possibilidades à educação a distância, tornou-se contudo necessário articular as novas potencialidade tecnológicas com a renovação dos modelos pedagógicos industriais tradicionalmente usados nesses contextos, para fazer frente aos novos desafios que se colocam à educação e à educação a distância em particular.

Neste sentido, em 2007, a UAb abandona integralmente o modelo de EaD tradicional e os novos cursos da Universidade Aberta, passam a funcionar tendo por base um modelo pedagógico virtual desenhado na instituição (PEREIRA *et al.* 2007). Este novo modelo pedagógico que tem vindo a incorporar progressivamente as possibilidades tecnológicas

emergentes, assenta em quatro grandes princípios. Estes, entendidos como norteadores das práticas de ensino e de aprendizagem, presidem de modo coerente à organização e funcionamento de todas as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos oferecidos pela instituição: o Princípio da Aprendizagem Centrada no Estudante, o Primado da Flexibilidade, o Primado da Interação e o Princípio da Inclusão Digital.

Estas quatro linhas de força visam, como afirmam Pereira e colaboradores (2007), estar em consonância com a nova geração de ensino a distância procurando ter como referência os resultados da investigação na área da educação *online*.

A sua cooperação com países europeus faz-se sobretudo no âmbito de iniciativas comunitárias, como o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (*Erasmus, Comenius, Leonardo da Vinci* entre outros), ou os sucessivos Programas-Quadro, mas a atividade internacional da Universidade Aberta estende-se também à África, Ásia e América, destacando-se nesta última, em particular, a cooperação com o Brasil em especial no que se refere à mobilidade de estudantes e docentes/investigadores.

Mobilidade virtual

Embora tratando-se de uma instituição de ensino de distância, a mobilidade constitui para a UAb um dos seus principais objetivos e acolhe estudantes estrangeiros que realizam programas de estudo da Universidade, utilizando o seu modelo de elearning. A UAb incentiva igualmente os seus estudantes a realizarem atividades de mobilidade no estrangeiro, pese embora as limitações específicas, de ordem profissional e familiar dos seu público, dado que são estudantes já integrados no mundo profissional e com responsabilidades familiares, aspetos que dificultam a saída do país. Mas além de estudantes, também os docentes e funcionários da UAb têm vindo a investir cada vez mais em programas de mobilidade.

Naturalmente, que sendo uma Universidade de EaD, uma das modalidades de mobilidade académica que tem sido uma aposta estratégica da instituição passa pela Mobilidade Virtual (GCRi, 2018). A Mobilidade Virtual não tem restrições de tempo ou

espaço e no que se refere a custos, estes são muito mais reduzidos. Com efeito não exige deslocação física ou atividades presenciais já que os estudantes podem estudar a partir da sua universidade, da sua casa ou até no seu local de trabalho. Contudo é-lhes proporcionada uma diferente experiência educacional e intercultural.

De acordo com Ruiz-Corbella e Alvarez-Gonzalez entende-se por mobilidade virtual:

“uma forma de aprendizagem que comporta componentes virtuais e decorre em ambientes de aprendizagem sustentados nas TCI e que inclui colaborações entre pessoas de diferentes origens e culturas que estudam e trabalham juntas com o propósito principal de ampliar a compreensão intercultural e a troca de conhecimentos.” (2014, p.16)

A mobilidade virtual emerge assim, naturalmente, de uma sociedade marcadamente digital que promove uma nova compreensão e vivência da realidade integrando variáveis globais e locais, onde as pessoas funcionam em rede de modo virtual sendo o ensino superior um campo propício para o seu desenvolvimento e aprofundamento.

Ao nível dos cursos de graduação, registe-se a participação da Universidade Aberta no projeto PIMA-AIESAD que juntou quatro universidades, nos anos 2012/13 e 13/14 e promoveu a mobilidade virtual no contexto Iberoamericano (MOREIRA; SEABRA, 2017).

Através de um processo de negociação entre as coordenações dos vários cursos de graduação envolvidos, entre as quais a Licenciatura em Educação da UAb, foi possível aos estudantes participantes terem uma experiência de internacionalização e prosseguirem virtualmente os estudos no estrangeiro, durante um semestre. A avaliação deste projeto piloto foi, globalmente, muito positiva incentivando o prosseguimento de outras experiências semelhantes (MOREIRA; SEABRA, 2017).

Como nos diz André Lemos: *“A cibercultura produz espacialização. Hoje esta espacialização é mais evidente já que estamos na era das mídias de geolocalização, onde “mobilidade” e “localização” são suas características, ao mesmo tempo contraditórias e complementares”* (p. 32). Como refere o autor a mobilidade globalizada e virtualizada

cria novos territórios que designa como “espacialização diferenciada” no sentido de uma construção social no espaço. Assim, criam-se novos sentidos de lugar, que vão para lá do lugar físico e é nesses “novos lugares” que ocorre a mobilidade virtual.

Mobilidade académica Brasil-Portugal

De acordo com as autoras Maria Fonseca e Juliana Lorio (2015), as origens geográficas dos estudantes que procuram Portugal para os seus estudos universitários evidenciam, por um lado, afinidades históricas, culturais e linguísticas sólidas com o nosso país, destacando-se aqui diversos países africanos e na América latina, o Brasil. Por outro lado, revelam também motivos associados à proximidade geográfica e a ligações transnacionais com as comunidades portuguesas emigradas na Europa.

Dentro deste grupo de estudantes lusófonos, têm-se registado alterações relevantes no peso relativo das várias nacionalidades. Assim, a um decréscimo da proporção de alunos cabo-verdianos, angolanos e santomenses verifica-se o aumento da procura de alunos provenientes do Brasil, de acordo com as autoras.

Relativamente aos alunos brasileiros, o crescimento está associado ao investimento que se verificou ter sido feito há alguns anos pelo governo do Brasil através da atribuição de um volume considerável de bolsas para formação superior no estrangeiro. Em 2011, por exemplo, foi criado o Programa Ciência sem Fronteiras, visando a atribuição em cinco anos, de 101 mil bolsas para alunos de graduação e pós-graduação. Neste programa, de acordo com Fonseca e Lorio (2015) Portugal é, a seguir aos Estados Unidos da América, o país que acolhe mais estudantes bolseiros, na sua maioria para realizarem a designada “graduação sanduíche”².

² Abolsa de “graduação sanduíche” permite ao aluno inscrito numa instituição de ensino superior brasileira fazer uma parte da sua formação (disciplinas e/ou estágio de graduação) no exterior e outra parte no Brasil. O público-alvo deste tipo de bolsa é composto por estudantes de graduação regularmente matriculados em cursos das áreas consideradas estratégicas no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras—CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Experiências de intercâmbio universitário Brasil-Portugal no contexto da UAb – LE@D e DEED

Também na UAb em Portugal o número de estudantes bolsheiros provenientes do Brasil aumentou substancialmente nos últimos anos. Neste texto referimo-nos à nossa experiência a este nível, designadamente considerando os casos de mobilidade académica que envolveram o Laboratório de Educação a Distância e Elearning (LE@D) e o Departamento de Educação e Ensino a Distância da UAb (DEED). Assim, registou-se visivelmente um acréscimo de procura de estudantes, em especial na realização dos designados doutorados sanduíche. Além destes, também a mobilidade de docentes investigadores se tem feito sentir, registando-se em especial a procura da Universidade Aberta para a realização quer de “licenças de capacitação” de menor ou maior duração, quer para a realização de trabalhos de Pós-doutoramento.

Não tendo sido realizada uma pesquisa sistemática sobre este assunto, temos no entanto recolhido alguns dados a partir os quais podemos propor uma primeira reflexão. Assim, procuraremos aqui dar conta da forma como alguns estudantes e docentes vivenciaram estas experiências de mobilidade em Portugal, no sentido de captar o que consideram como mais valias nesta experiência. Nesse sentido, usámos uma pequena amostra de conveniência constituída por um grupo de bolsheiros³, que entre 2012 e 2018 viveram uma experiência de mobilidade na UAb, a que juntaremos um breve apontamento sobre a nossa própria vivência de mobilidade académica no Brasil, dado que, no âmbito quer da docência quer da pesquisa vivenciámos essa experiência em 2012 e também em 2017.

Desta breve análise, destaca-se como fator preponderante da escolha da UAb, o facto de se tratar de uma universidade de Educação a Distância, com experiência comprovada na modalidade de educação online:

³ Considerámos nesta amostragem os depoimentos realizados por 12 bolsheiros provenientes de 5 Universidades Públicas do Brasil (UFSC; UFSM; UERJ; UFPE; UNICAMP) e também de uma Universidade privada (PUCPR). Agradecemos a todos(as) a pronta colaboração ao pedido de depoimento que lhe remetemos e que em grande parte proporcionou a análise e reflexão que aqui se apresenta.

“Escolhi a Universidade Aberta de Portugal por se tratar de instituição de ensino superior que trabalha com a modalidade online e por estar relacionada a modalidade de ensino que trabalho e pesquisa no Brasil, assim bem como pela afinidade das pesquisas da minha orientadora estrangeira com a pesquisa que desenvolveria no período.” (Doutoranda, 2014)

“Tive acesso a informações e pude entender o potencial tecnológico das mídias digitais e suas utilizações em contextos diferentes dos utilizados no Brasil, designadamente em educação online.” (Doutoranda, 2013)

Quanto aos benefícios advindos da experiência, eles são de vária ordem. Na generalidade, quase todos os bolsеiros, sejam estudantes ou docentes, referem as vantagens da colaboração e da partilha realizada no âmbito das atividades desenvolvidas na instituição de acolhimento, sendo de destacar um aspeto específico desta partilha que aponta para o enriquecimento das suas reflexões quer a nível teórico quer metodológico:

“ (...)Tive uma nova condução de ideias que permitiu a fruição de minha pesquisa, principalmente na parte metodológica.” (Doutoranda, 2013)

“Além das contribuições recebidas para continuidade dos trabalhos, tive a oportunidade de tomar contato com novos autores que serão produtivamente incorporados em nossas reflexões teóricas e metodológicas.” (Pesquisadora da UNICAMP, 2014)

“Tive aprendizagens em amplos sentidos, desde a compreensão da framework criada, acerca da Avaliação Alternativa Digital, que auxiliou na construção da minha tese de Doutorado, aos momentos de diálogos e formação com os docentes da universidade...” (Doutoranda, 2017)

“ Maior aprofundamento teórico, prático e reflexivo a respeito das áreas do conhecimento envolvidas; Ampliação do conhecimento sobre novos métodos e técnicas de pesquisa...” (Docente/Pesquisadora, 2018)

Por outro lado, um aspeto que nos depoimentos recolhidos também se evidencia, relaciona-se com a criação de redes e parcerias durante o período da mobilidade que se

prolongam para além desse período e que se constituem como um fator que potencia a produção e contribui para a qualidade dos trabalhos e para a inovação:

“A partir desse movimento [mobilidade] tem sido possível continuar consolidando a rede de trabalho internacional por meio de orientação de dissertação de mestrado, coorientação de tese de doutoramento, participação em comissões de avaliação de trabalhos, coautoria em publicações. Uma experiência de mobilidade acadêmica como essa potencializa modos abertos de produção científica, fluência tecnológica e pedagógica, essenciais para inovação na educação (Pós-doutoranda, 2015).

“Permitiu-me a formação de redes institucionais por meio de visitas técnicas, formação de acordos e convênios institucionais, parcerias com pós-graduações estrangeiras, contatos para atuação em pesquisa em rede e fortalecimento entre grupos de pesquisa de pesquisadores brasileiros e estrangeiros” (Doutoranda, 2014/2015).

Estes breves apontamentos, pretendem tão só trazer para o debate desta mesa redonda a voz de protagonistas de experiências de mobilidade acadêmica. Nesse sentido, a nossa própria experiência de mobilidade⁴ em que se inverteram os papéis, passando o Brasil a país de acolhimento, coincide em grande parte com os aspetos já mencionados. Em especial no que se refere à possibilidade de criação de redes que favorecem e provocam uma ampla dinâmica de produção científica, mas também o contacto com diferentes estratégias pedagógicas e com diferentes realidades profissionais que se revelam extremamente enriquecedoras a diversos níveis. Constatamos também que as experiências de mobilidade além dos reflexos no plano individual/profissional dos seus protagonistas, acabam proporcionando e viabilizando formas de cooperação institucional imprimindo novas e diversas formas de colaboração, de que este IV Colóquio Luso-Brasileiro de Educação a Distância e Elearning, é um claro exemplo.

Nota final

⁴ Em 2012 realizámos um ano de licença sabática na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, desenvolvendo diversas atividades de pesquisa. Em 2017 usufruímos da experiência de lecionar uma disciplina a alunos de mestrado e doutorado, durante um semestre, na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Em jeito de reflexão final, e tal como apontado pela UNESCO (2009), queremos sublinhar que a internacionalização da academia deve ser perspectivada essencialmente na sua dimensão internacional e intercultural em todos os aspetos da educação e da pesquisa. A cooperação internacional na educação superior deve basear-se na solidariedade, no respeito mútuo, na promoção de valores humanistas e no diálogo intercultural. Não podemos ignorar que as instituições de ensino superior têm a importante responsabilidade social de contribuir para o desenvolvimento, transferindo conhecimento e trabalhando na procura de soluções que promovam a circulação do saber. Nesse sentido em 2009 na Conferência Mundial sobre Ensino Superior realizada em Paris pela UNESCO foi apontada a importância da constituição de redes de universidades internacionais englobando parcerias no campo da investigação e o intercâmbio quer de estudantes quer de docentes e outros profissionais.

Se é claro que a internacionalização e a mobilidade académica que a ela se associa conquistaram um espaço assinalável no campo das políticas públicas na educação superior, em geral, importa no entanto aprofundar a reflexão e o debate sobre a sua natureza e sobre como promover o seu impacto também a nível económico, político e cultural no sentido da conceção da educação como um direito universal e fundamental para desenvolvimento da cidadania.

A este propósito e para provocar o debate, deixamos as palavras de Alda Castro e António Neto (2012) que advertem para a desigualdade dos processos de internacionalização e de mobilidade estudantil. Com efeito, como salientam os autores, a grande quantidade de estudantes estrangeiros no mundo está concentrada apenas em algumas regiões, mais desenvolvidas que possuem universidades mais consolidadas e tecnologias de ponta *“demonstrando que a captação de estudantes decorre, também, da pujança académica e do poderio económico dos países, o que reforça a lógica da educação como serviço”*.

Com efeito, se nos damos conta do potencial da mobilidade académica internacional a vários níveis é importante que ela se consolide recorrendo a políticas públicas que apostem na educação superior para reduzir quer a disparidade de oportunidades iniciais

dos alunos, quer a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos.

Referências

ALTABACH, P. G., KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3-4), 290-305, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315307303542>

BROOKS, Rachel., e WATERS, Johanna. *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*, Basingstoke, UK, Palgrave Macmillan, 2011.

CASTRO, Alda Araújo. ; NETO, Antônio Cabral. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, nº 21. 2012. Versão impressa ISSN 1645-7250. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502012000200005

EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE. *The European Higher Education Area in 2015: Bologna Process Implementation Report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.

FERENCZ, Irina, WÄCHTER, Bernd (eds.) *European and national policies for academic mobility – Linking rhetoric, practice and mobility trends*. Lemmens Medien GmbH, (ACA Papers on International Cooperation in Education), Bona, 2012. Disponível em: http://www.aca-secretariat.be/fileadmin/aca_docs/images/members/ACA-2012-European_and_national_policies.pdf

FONSECA, Maria Lucinda; ESTEVES, Alina Esteves; LORIO, Juliana. Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. In PEIXOTO, João; PADILLA, Beatriz; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro (orgs.) *Vagas Atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no Início do Século XXI*. Editora Mundos Sociais, Lisboa. (135-158), 2015.

GALVÃO, Maria Cecília; COSTA, Rosilei C. Internacionalização do Ensino Superior: Cátedra Latino-Americana de Mobilidade Virtual. *Anais do 20º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância*, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/216.pdf>

GCRi, GABINETE DE COMUNICAÇÃO E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Política de Internacionalização, Serviços de Produção Digital, Direção de Apoio ao Campus Virtual, Universidade Aberta, 2018.

KING, Russel.; RAGHURAM, Parvati. (2013). International Student Migration: Mapping the Field and New Research Agendas. *Population, Space and Place*, 19(2), 127-137, novembro de 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/psp.1746>

LASANOVSKI, Veronica. Can speak, will travel: the influence of language on global student

In: Jelson Oliveira; Ericson Falabretti (Orgs.) *O Futuro das Humanidades. Ciências humanas: desafios e perspectivas*. Educs: Caxias do Sul RS (155-166). ISBN:978-85-7061-968-6.

mobility, In: BHANDARI, Rajika e BLUMENTHAL Peggy (orgs.), ***International Students and Global Mobility in Higher Education***, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, pp. 193-209, 2011.

LEMOS, André. ***Cultura da Mobilidade***. Revista FAMECOS. Porto Alegre, Vol. 16, nº 40. Dezembro de 2009.

MEC, Ministério da educação e Ciência. ***Uma estratégia para a internacionalização do ensino superior português: fundamentação e recomendações***: Lisboa, Ministério da Educação e Ciência, 2014.

MOREIRA, Darlinda; SEABRA, Filipa. Mobilidade virtual em rede no contexto da Licenciatura em Educação da UAb. In DIAS, Paulo, MOREIRA, Darlinda; QUINTAS-MENDES, António (Coord.) ***Novos olhares para os cenários e práticas da educação digital. Educação a Distância e eLearning***, N.º 2. UAb. ISBN: 978-972-674-808-3. pp. 44-78, 2017.

OCDE. ***Internationalization and Trade in Higher Education: Opportunities and Challenges***, Paris, OECD Publishing, 2004.

ROBERTSON, Susan. L. (2010). Critical response to Special Section: international academic mobility. ***Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education***, 31(5), 641–647. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01596306.2010.516945>

RUIZ-CORBELLA, Marta.; ALVAREZ-GONZALEZ, Beatriz. Virtual mobility as an inclusion strategy in higher education: Research on distance education master degrees in Europe, Latin America and Africa. ***Research in Comparative and International Education***, 9(1), 165-181, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/rcie.2014.9.2.165>

UNESCO. ***Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*** 2009. Disponível em <http://www.preal.cl>